

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874

2016



COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMPOSIÇÃO

Angélica de Maria Mello de Almeida
Desembargadora Coordenadora

Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida
Desembargadora Vice-Coordenadora

Elaine Cristina Monteiro Cavalcante
Juíza de Direito

Maria Domitila Prado Manssur Domingos
Juíza de Direito

Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos
Juíza de Direito

SUMÁRIO

Composição da COMESP.....	02
Sumário, Resoluções e Portaria de Criação da COMESP.....	03/04
Reuniões das integrantes da COMESP.....	05
Assuntos pautados.....	05/09
Ofícios expedidos.....	10
Eventos, cursos, seminários e palestras.....	10/12
Notícias da COMESP publicadas no Portal do Tribunal de Justiça de São Paulo.....	13/35
Resoluções, Portarias e Comunicados publicados no DJE do Tribunal de Justiça de São Paulo.....	36/45
Composição e localização da Coordenadoria de Apoio Administrativo.....	46/47

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
(ARTIGO 6. DA RESOLUÇÃO Nº 561/2012)**

2016

Resolução nº 561 de 07 de março de 2012, publicada no DJE em 20/03/2012 - Criação da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - COMESP.

Portaria nº 8.540 de 26 de março de 2012, publicada no DJE em 28/03/2012 - Designação das Integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - COMESP.

Portaria nº 8.554 de 07 de março de 2012, publicada no DJE em 19/04/2012 - Criação da Coordenadoria de Apoio Administrativo da COMESP.

Reuniões das integrantes da COMESP:

Reuniões de trabalho: 10 – Sextas-Feiras – 10:30 às 13 horas

Reuniões extraordinárias internas: 05

Reuniões extraordinárias externas: 07

ASSUNTOS PAUTADOS

NUDEM- Novo questionamento quanto à competência material das Varas Especializadas de Violência Doméstica, artigos 13 e 14 da Lei Maria da Penha.

Patronato Professor Damásio de Jesus- Comunicação de encerramento das atividades a partir de 15/01/2016.

Botão do Pânico- Convênio com o Tribunal de Justiça para incentivo do uso pelas Varas de Violência Doméstica.

Casa da Mulher Brasileira – Justificativas da necessidade de 03 (três) escreventes fornecidos pelo TJSP, para trabalharem no Anexo de Violência Doméstica que será instalado na Casa da Mulher Brasileira.

Projeto SAHAV – Serviço de Atendimento aos Homens Autores de Violência Doméstica), desenvolvido por uma Assistente Social e uma Psicóloga da Prefeitura de Ribeirão Preto.

Acorde de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça de São Paulo e a Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Indicação de gestor e fiscal para o convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e a Pontifícia Universidade Católica/PUC, para estágio de alunos matriculados nos cursos de graduação em Direito, Psicologia e Serviço Social.

Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça e o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo- FUSSESP, para disponibilização de vagas em escolas de Qualificação Profissional para mulheres em situação de violência doméstica.

Projetos Fênix e Cartas de Mulheres.

Solicitação do CONDEGE (Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais), acerca de dados estatísticos referentes ao ano de 2015.

Disque 180.

Análise de sugestão de email aos Juízes das Varas Especializadas referente à Proposta Orçamentária Setorial- POS 2017.



Licitação de 3.000 sacolas personalizadas da COMESP.

Dia Internacional da Mulher.

2ª Edição da Corrida Movimento pela Mulher- Dra. Maria Gabriela Prado Manssur.

Definição de data para a realização da 18ª Reunião dos representantes da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha.

Solicitação de reunião pelo Geledés para apresentação das possibilidades de utilização do aplicativo PLP 2.0.

Solicitação de agendamento de reunião com o CERVI (Centro de Reestruturação para a Vida).

Agendamento de data para visita das integrantes da COMESP ao Conselho Superior da Magistratura.

Agendamento de data para visita das integrantes da COMESP ao Diretor da Escola Paulista da Magistratura.

4ª Edição da Semana Nacional “Justiça Pela Paz em Casa” – realizada em 07 a 11 de março.

Casa da Mulher Brasileira.

Publicação da Portaria nº 9259/2016, que reconduz as integrantes da COMESP, bem como nomeia os Juízes Colaboradores.

DICOGE- Ofício nº 34/2016 – Manifestação acerca do Projeto SAHAV (Serviço de Atendimento aos Homens Autores de Violência Doméstica), desenvolvido por uma Assistente Social e uma Psicóloga da Prefeitura de Ribeirão Preto.

Expediente SAB nº 2016/9698 – Indicação de gestor, fiscal e suplente para o Convênio nº 000.271/2015 com a PUC/SP para estágio dos alunos matriculados nos cursos de graduação em Direito, Psicologia e Serviço Social em Varas de Violência Doméstica.

Expediente SAB nº 2013/44930 – Projeto Fênix. Possibilidade de celebração de Termo de Convênio com a Turma do Bem.

Ofício circular nº 02/2016 – CDDM CONDEGE- solicitando informações acerca do número de sentenças judiciais proferidas em cada Vara de Violência Doméstica e Familiar do Estado de São Paulo, no ano de 2015, o número de extinções da punibilidade por prescrição em perspectiva e ainda o número de prescrições da pretensão punitiva, proferidas em cada Vara de Violência Doméstica e Familiar do Estado de São Paulo no ano de 2015.

Ofício NUDEM nº 78/2016 solicitando informações acerca do número total de processos envolvendo Violência Doméstica, bem como os tipos de penas mais recorrentes, o número de condenações e a criação de equipe multidisciplinar para a Comarca de Mogi das Cruzes.

Análise de email a ser encaminhado a palestrantes solicitando a remessa de arquivos para composição do resgate histórico da COMESP.

Semana Nacional “Justiça Pela Paz em Casa” – Conveniência do encaminhamento de Comunicado às Varas que não responderam às Varas que não responderam à solicitação dentro do prazo.

Feminicídio.

Expediente SAB nº 2015/174600 – UNIESP – Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Faculdade de São Paulo- FASP.

Projeto Fênix

Projeto Cartas de Mulheres.

Reunião com Des. Antonio Carlos Villen- Diretor da EPM- Escola Paulista da Magistratura.

Ofício nº 591/2016 da Corregedoria Geral da Justiça, instruído com cópias do Expediente nº 2014/127426, para ciência.

Criação de email para o Setor Técnico da Vara de Violência Doméstica da Região Oeste.

Expediente SPPr 1.3 nº 2015/167860- Botão do Pânico.

Expediente SAB nº 2015/118380 – Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo – FUSSESP- para disponibilização de vagas em Escolas de Qualificação Profissional para mulheres em situação de Violência Doméstica.

Reunião na Sala da COMESP com a Senhora Aparecida Gonçalves, da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Presidência da República sobre a Casa da Mulher Brasileira.

Cópia do Expediente CNJ_CONS nº 0006311-46.2014.2.00.0000- Acórdão para ciência de todos os Tribunais, para declarar que o disposto no art. 7º, § 1º, “a” da Resolução CNJ nº 72/2009, obsta a acumulação de atividade de coordenador estadual das varas de violência doméstica e familiar contra a mulher com a atividade decorrente da convocação de juiz de primeiro grau para substituição em segunda instância.

Juiz de Direito da Vara de Violência Doméstica da Comarca de Guarulhos, Doutor Leandro Jorge Bittencourt Cano, encaminha Termos de Adesão da DDM de Guarulhos e da Faculdade de Guarulhos FG/SP para adesão ao Projeto Conselho de Segurança e Assistência Jurídica e Social Voluntária ao Combate a Violência Contra a Mulher, desenvolvido pelo Conselho de Segurança Pública- CONSEG/Guarulhos.

Convênio MACKENZIE para concessão de estágio para alunos matriculados nos cursos de graduação em Direito e Psicologia junto às Varas de Violência Doméstica.

Ofício NUDEM nº 228/2016 – Dificuldade de mulheres em situação de vulnerabilidade conseguirem abrigo.

Elaboração de plano de comunicação para divulgação das Boas Práticas adotadas contra a Violência Doméstica;

5ª Edição da Campanha Nacional “Justiça Pela Paz em Casa” de 15 a 19 de agosto de 2016 e dos eventos em comemoração aos 10 anos da Lei Maria da Penha.

Projeto Cartas de Mulheres – Expediente DICOGE – solicitação de apreciação do formulário apresentado de acordo com o padrão estabelecido pelos correios.

Análise de e-mail proveniente do 1º Ofício Criminal da Comarca de Santa Bárbara D’Oeste, solicitando informações sobre elaboração de convênio visando aquisição de botão do pânico para as vítimas de violência doméstica naquela comarca.

Regularização do Portal da COMESP.

Ofício nº 286/2016 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, indicando a Deputada Clélia Gomes, Procuradora Especial da Mulher, para representar a ALESP no Convênio nº 11/2013 (Termo de Cooperação Técnica – Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha).

Expediente Spr 1.3 nº 167860/2015, acerca de convênio a ser firmado pelo TJSP para incentivo do uso pelas varas de violência doméstica do dispositivo botão do pânico.

Análise do ofício NUDEM nº 784/2016, solicitando a intervenção da COMESP com relação às audiências de conciliação em casos de violência doméstica, instruído com cópia de um Agravo de Instrumento interposto contra decisão que designou audiência de conciliação em ação de divórcio litigioso.

Solicitação da Doutora Rosmary Corrêa – Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, para indicação de um representante titular e um suplente desta Coordenadoria, para participar do Fórum Estadual de Enfrentamento à violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta de São Paulo.

Definição de data para reunião com os Juízes das Varas de Violência Doméstica da Capital para tratar do Projeto Apolônias do Bem.

Definição de data para reunião com os juízes das Varas da Família do Fórum João Mendes Júnior para tratar de Guarda Compartilhada e Audiências de Conciliação em casos de Violência Doméstica.

Reunião com a Secretaria de Planejamento do TJSP, para tratar dos dados estatísticos de 1º grau.

16 dias de ativismo contra a violência doméstica e familiar contra a mulher;

Implantação do Aplicativo PLP 2.0 no Estado de São Paulo.

Evento com o Consulado Americano em 26 de setembro de 2016.

Outubro Rosa



Minuta de Convênio a ser celebrado com a Faculdade das Américas- FAM

Carta da X Jornada Maria da Penha

XI Semana Nacional da Conciliação – Diretrizes para a participação da COMESP

Ofício da Defensoria Pública e atuação conjunta diante das alterações do Código de Processo Civil

Agendamento de reunião com a Doutora Laura Ligabò e acompanhantes, do Coletivo Parajás de Campinas, para conhecer a Coordenadoria e tratar de possível trabalho em conjunto para Campinas e região.

Procedimento Administrativo proveniente do NUDEM- referente a averiguações de possíveis irregularidades dos procedimentos de medidas protetivas adotadas junto à 3ª Vara Criminal da Comarca de São José do Rio Preto, no que se refere aos agendamentos de audiências de conciliações entre vítima e réu.

Análise de denúncia feita pela ARTEMIS (Aceleradora Social em Prol da Autonomia Feminina e erradicação de todas as Formas de Violência Contra a Mulher), referente à violação de direitos humanos pelo Poder Judiciário Brasileiro, incluindo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e todos os demais, além de magistrados de 1ª instância que, em sua maioria de decisões, ainda não reconhecem efetivamente as violências domésticas do tipo psicológico, patrimonial e moral conforme o disposto na Lei Maria da Penha e nos Tratados Internacionais pela erradicação da violência contra a mulher assinados e ratificados pelo Brasil.

Elaboração de mensagem de final de ano a ser encaminhada a todos os integrantes do mailing da COMESP.

Expediente SPPr 1.3 167860/2015- Botão do Pânico, solicitando manifestação da COMESP.

Expediente SAB nº 193243/2015 – Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Universidade Presbiteriana Mackenzie.

XI Semana Nacional da Conciliação.

6ª Edição da Campanha Nacional Paz Nossa Justa Causa – de 28 de novembro a 02 de dezembro de 2016.

Informação à polícia quando da revogação de Medidas Cautelares.

Guarda Compartilhada e Mediação.

Outubro Rosa.

Participação das integrantes da Campanha Compromisso e atitude na Semana Nacional da Conciliação.

Exibição do cine-debate “ Quem Matou Eloá”.

Exibição do cine-debate “Precisamos Falar com os Homens?”

OFÍCIOS:

Foram encaminhados no decorrer do ano de 2016, 19 ofícios expedidos pela COMESP.

EVENTOS

Abertura do Ano Judiciário e Cerimônia Solene de Posse do Conselho Superior da Magistratura

15/02/2016 – Palácio da Justiça

1º Encontro - Diálogos no Sistema de Justiça para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

25/02/2016 – Brasília

Homenagem ao Dia Internacional da Mulher

05/03/2016 – Teatro Gazeta - Av. Paulista, 900 - São Paulo

Lançamento do Projeto *Cá Entre Nós* – Projeto para implantação de Grupo Reflexivo e Educativo de Gênero para Homens

15/08/2016 – Fórum do Butantã – Auditório - 1º andar

5ª Edição da Campanha Nacional Justiça Pela Paz em Casa, com enfoque no Empoderamento da Mulher em Risco de Violência de Gênero Doméstica e Familiar

19/08/2016 – Plenário 10 – Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães – Avenida Abraão Ribeiro, 313 - Barra Funda

11ª Edição do “Sorriso do Bem”

02/11/2016 – Poços de Caldas/MG

VIII FONAVID

09 a 12/11/2016 – Othon Palace – Belo Horizonte/MG

XI Semana Nacional de Conciliação

21 a 25/11/2016 – Parque da Água Branca – Av. Francisco Matarazzo, nº 455

Atividade da Vara de Violência Doméstica contra a Mulher – Região Central para 6ª Edição da Campanha Nacional Justiça Pela Paz em Casa

02/12/2016 – Plenário 14 – Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães – Avenida Abraão Ribeiro, 313 - Barra Funda

CURSOS

Aula Inaugural - “Quem Ama Abraça – Fazendo Gênero”

04/04/2016 – Auditório do Senac – Avenida Ramiro Colleoni, 110 – Santo André.

4º Ano do Curso de Formação, Informação e Trocas de Experiências “Rede de Serviços e Cuidados às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar”

11/05/2016 – São José dos Campos

Aula Iberoamericana - Violencia de Género, La Mujer y Los Menores en el Ámbito Del Derecho Penal

03 a 07/10/2016 – Centro de Formación de La Cooperación em Montevideo

PALESTRAS

Palestra para vítimas de violência doméstica “Segurança e Tecnologia a Serviço do Combate à Violência Doméstica”

11/03/2016 – Plenário 10 – Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães - Avenida Abraão Ribeiro, 313 - Barra Funda

Outubro Rosa – Palestra sobre o Câncer de Mama

Palestrante: Doutor José Roberto Filassi

21/10/2016 – Sala do Servidor – Fórum João Mendes Jr., 16º andar, Sala 1629

73º ENCOGE – Palestra sobre Violência Doméstica

25/11/2016 – Palácio da Justiça – 5º andar

SEMINÁRIOS

Mesa Redonda - Evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher

08/03/2016 – São José do Rio Preto - Câmara Municipal

3º Encontro de Assistentes Sociais

06/05/2016 – Plenário 10 – Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães – Avenida Abraão Ribeiro, 313 - Barra Funda

Mesa de Debates na Secretaria de Justiça e de Defesa da Cidadania

11/10/2016 – Pátio do Colégio, nº 148, 1º andar

Roda de Conversa “Violência Urbana e Desigualdade de Gênero”

07/11/2016 – Centro Ruth Cardoso – Rua Pamplona, nº 1005

Fórum Fale sem Medo

07/12/2016 – MASP – Av. Paulista, nº 1578

CURSOS COM A PARCERIA DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

Seminário EPM em parceria com a COMESP – 10 Anos da Lei Maria da Penha

05/10/2016 – Escola Paulista da Magistratura – Rua da Consolação, nº 1483

CINE-DEBATE

Cine Debate – “Precisamos falar com os homens? Uma jornada pela igualdade de gênero”

18/11/2016 – Fórum João Mendes Jr. – 13º andar – Sala 1329

Cine Debate – Quem matou Eloá?

02/12/2016 – Fórum João Mendes Jr. – 13º andar – Sala 1329

**NOTÍCIAS DA COMESP
PUBLICADAS
NO PORTAL DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE SÃO PAULO**

2016

15/02/2016 – SESSÃO DE ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO E DE POSSE DO CSM LOTA O PALÁCIO DA JUSTIÇA



O Tribunal de Justiça de São Paulo realizou hoje (15) sessão solene de Abertura do Ano Judiciário e de posse do Conselho Superior da Magistratura, do biênio 2016/2017. O presidente Paulo Dimas de Bellis Mascaretti afirmou que assume a responsabilidade de liderar a maior Corte do planeta com “muita disposição para o bom combate”, preparado para o esforço árduo e reafirmando sua intenção de trabalhar em prol de um Judiciário forte, independente e respeitado. A solenidade contou com a presença de representantes dos três Poderes, incluindo o presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Enrique Ricardo Lewandowski.

Além do presidente, o novo Conselho Superior da Magistratura é integrado pelos desembargadores Ademir de Carvalho Benedito (vice-presidente), Manoel de Queiroz Pereira Calças (corregedor-geral da Justiça), José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino (decano), Ricardo Henry Marques Dip (presidente da Seção de Direito Público), Luiz Antonio de Godoy (presidente da Seção de Direito Privado) e Renato de Salles Abreu Filho (presidente da Seção de Direito Criminal).

O público lotou o Salão dos Passos Perdidos do Palácio da Justiça, sede da Justiça Bandeirante. Em meio à atmosfera de otimismo e atenção, o orador em nome do TJSP, [desembargador Ricardo Dip](#), foi o primeiro a se pronunciar. “Os juízes, somos uma função da comunidade, somos o último penhor humano das liberdades concretas de todo o povo”, disse. “Os magistrados bandeirantes, reunidos sob a égide do Tribunal de Justiça de São Paulo – prestes a completar seu sesquicentenário –, existem para repartir justiça”, afirmou. “Para isto que existimos faz quase 150 anos, é para isto que exercitamos e custodiamos fielmente a independência de nossa potestade jurisdicional, garantia indeclinável das liberdades concretas e históricas de nosso povo.”

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, [Marcos da Costa](#), deu as boas-vindas à cúpula do TJSP em nome dos mais de 350 mil advogados paulistas. “A chegada de um novo ano judiciário sempre representa a renovação de forças e de esperança que

alcançaremos nós, integrantes do sistema de Justiça, êxito na tarefa que nos propusemos a realizar quando decidimos destinar as nossas vidas à administração da Justiça.”

Para o procurador-geral de Justiça, Márcio Fernando Elias Rosa, o evento “trata-se da renovação de compromisso de todos nós, integrantes do sistema de justiça. Compromissos de bem servir às causas do Direito e da Justiça, de nos conservarmos senhores de nossas responsabilidades e portadores dignos da esperança dos que anseiam por Justiça”.

O presidente da Assembleia Legislativa, [Fernando Capez](#), declarou que a Casa continuará de portas abertas para cooperação com o Judiciário. “Tenham a certeza de que o Poder Legislativo paulista traduzirá seu mister de convivência harmônica, tal como determina a Constituição, em ações concretas que visem ao aprimoramento de leis e práticas voltadas à prestação jurisdicional no âmbito do Estado de São Paulo.”

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, também prestigiou a solenidade. Destacou as diversas parcerias entre Executivo e Judiciário, como audiências de custódia e tele audiências, iniciativas que, segundo ele, devem ser ainda mais estreitadas. O governador parabenizou também o trabalho do TJSP em prol da conciliação, ressaltando que em 2015 os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania conseguiram a efetivação de mais de 137 mil acordos. “Esta é a Casa que todos admiramos.”

Ao encerrar a solenidade, o presidente [Paulo Dimas](#) ressaltou que “vale a pena botar dois pés entusiasmados no chão e acreditar que somos capazes de reunir forças para opor óbices aos que pregam a ânsia da vida sem finalidade ética”. Suas palavras foram permeadas pelos valores com que pretende levar a gestão: esperança, esforço árduo, confiança nos magistrados e servidores, diálogo com os outros integrantes da Justiça e união de propósitos entre os três Poderes. “Posso atestar aqui que, no Judiciário Bandeirante, nunca faltaram homens e mulheres de idealistas, que doam seu tempo integral, talento e competência à causa da Justiça, a permitir que se mantenha acesa a chama da sagrada esperança”. Completou: “Enfim, a trilha está aberta e o horizonte se apresenta promissor”.

A mesa de honra do evento foi composta também pelo ministro do STJ Paulo Dias de Moraes, representando o presidente; senador José Serra; vice-governador e secretário do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, Márcio França; prefeito de São Paulo, Fernando Haddad; deputado federal Arnaldo Faria de Sá, representando o presidente da Câmara; comandante do 4ª Comando Aéreo Regional, major-brigadeiro do ar Marcelo Kanitz Damasceno; comandante do 8º Distrito Naval, almirante Glauco Castilho Dall’Antonia; cardeal arcebispo metropolitano de São Paulo, dom Odilo Scherer; pelos ex-presidentes do TJSP José Renato Nalini (atual secretário de Estado da Educação), Ivan Ricardo Garisio Sartori e Dirceu de Mello.

A solenidade foi prestigiada ainda pelo deputado federal Antonio Goulart dos Reis; deputados estaduais Angelo Perugini, Barroz Munhoz, Itamar Borges, Ramalho da Construção, Vaz de Lima e Delegado Olim; ministro do STF Dias Toffoli; presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Mário Devienne Ferraz; presidente do TRF-3, desembargador federal Fábio Prieto de Souza; presidente do TRT-15, desembargador Lorival Ferreira dos Santos; presidente do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, juiz Silvio Hiroshi Oyama; ministros do STJ Antonio Carlos Ferreira, Antonio Herman de Vasconcelos e Benjamin, Massami Uyeda, Sidnei Agostinho Beneti e Walter de Almeida Guilherme; vice-presidente e corregedor do TRE-SP, desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin; desembargador Carlos Teixeira Leite Filho, representando a



corregedora nacional de Justiça; diretor da Escola Paulista da Magistratura desembargador Fernando Antonio Maia da Cunha; conselheiros do CNJ Arnaldo Hossepian Salles de Lima Junior, Bruno Ronchetti de Castro, e Carlos Eduardo Oliveira Dias; chefe do Estado Maior do Comando Militar do Sudeste, general-de-brigada Luciano Guilherme Cabral Pinheiro, representando o comandante; procurador-geral do Estado, Elival da Silva Ramos; defensor público-geral de São Paulo, Rafael Valle Vernaschi; secretários de Estado Aloísio de Toledo César (Justiça e Defesa da Cidadania), Marcos Antonio Monteiro (Planejamento), Alexandre de Moraes (Segurança Pública), Lourival Gomes (Administração Penitenciária), Patrícia Faga Iglecia Lemos (Meio Ambiente), Duarte Nogueira (Logística e Transportes); secretário-adjunto de Agricultura e Abastecimento, Rubens Naman Rizek Júnior, representando o secretário; secretários municipais Robinson Barreirinhas (Negócios Jurídicos) e Eduardo Suplicy (Direitos Humanos e Cidadania); ex-governador Luiz Antonio Fleury Filho; presidente do Tribunal de Contas do Estado, Dimas Eduardo Ramalho; presidente do Tribunal de Contas do Município, Roberto Braguim; desembargadores Maria Cristina Zucchi (diretora da Associação Internacional de Mulheres Juízas para a América Latina e Caribe), Heraldo de Oliveira Silva (presidente da Magiscred); presidente da Associação Paulista de Magistrados, juiz Jayme Martins de Oliveira Neto; ouvidor do TJSP, desembargador Mohamed Amaro; presidente da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ministra Ellen Gracie Northfleet, representando o presidente da Federação; diretor da Associação de Magistrados da Justiça Militar da União, juiz auditor Julio César da Silva Fagundes, representando o presidente; presidente da Associação Paulista de Ministério Público, Felipe Locke Cavalcanti; delegado-geral de polícia, Youssef Abou Chahin; reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, professor José Vicente; professor Alysio Vilarino dos Santos, representando o reitor da USP; diretor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, professor José Rogério Cruz e Tucci; presidente do IASP, José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro; conselheiro federal da OAB e presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas, Luiz Flávio Borges D'Urso; presidente do Instituto Brasileiro de Direito Processual, Paulo Henrique dos Santos Lucon; presidente da Acrimesp, Aryldo de Oliveira de Paula; vice-presidente da AASP, Fernando Brandão Whitaker; presidente da Arpen-SP, Monete Hipólito Serra; presidente do Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil – Seção São Paulo, José Carlos Alves; vice-presidente da Anoreg, Rogério Portugal Bacellar, representando o presidente; diretor de Relações Institucionais da Rede Record, Zacarias Pagnanelli, representando o presidente; diretor-presidente do Instituto Innovare, Sergio Renault; presidente da Comissão de Advocacia Corporativa da OAB, Carlos Araújo; secretário-geral da Academia Paulista de Letras (APL), Antonio Penteadó Mendonça, representando o presidente; decano da APL, poeta Paulo Bomfim; esposa do presidente do STF, Yara Lewandowski; esposa do presidente do TJSP, Vanessa Mascaretti; desembargadores, juízes, promotores de Justiça, defensores públicos, advogados, familiares dos integrantes do CSM e servidores.

04/03/2016 – INTEGRANTES DA COMESP PARTICIPAM DE EVENTOS QUE MARCAM COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Entre fevereiro e março, integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) participaram de eventos pelo combate à violência contra mulheres e para o fortalecimento de parcerias, debates jurídicos e apresentação de experiências sobre o tema.

No último dia 19, a juíza Márcia Faria Mathey, da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São José dos Campos, se reuniu com dirigentes do Instituto Avon em busca de novas campanhas de prevenção. Há anos o instituto desenvolve ações de responsabilidade social sobre o tema. A juíza Madgéli Frantz Machado (TJRS), titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Porto Alegre, também participou do encontro.

No dia 25, juízes do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid) participaram de reunião em Brasília, na sede da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). O objetivo foi discutir a preparação do VIII Fórum. A juíza Márcia Faria Mathey Loureiro representou o Judiciário paulista.

No dia 26, a desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida representou o Tribunal de Justiça de São Paulo no primeiro encontro do programa Diálogos no Sistema de Justiça para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília. O evento, que também contou com a participação da juíza Márcia Faria Mathey Loureiro, pretende estabelecer espaço de diálogo entre os atores do sistema de Justiça responsáveis pelo enfrentamento à violência contra as mulheres e buscar novos desafios para a garantia de seus direitos.

Amanhã (5), a desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida participa de uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher, realizada pela Comissão da Mulher Advogada da Ordem. Na ocasião, a magistrada debaterá o painel 'A Mulher nos Espaços de Poder' e fará uma análise crítica da participação feminina nos cargos de liderança na política, no Judiciário, no Ministério Público e na advocacia. O evento será no Teatro Gazeta, na Capital.

No próximo dia 18, a Comesp também marca presença no "I Seminário Nacional Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense com Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência Sexual – Childhood". A ação – realizada na Escola Paulista da Magistratura (EPM) e com a participação da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJSP – é uma iniciativa do Tribunal de Justiça de São Paulo, da Childhood do Brasil e do fundo das Nações Unidas para a

Infância (Unicef), em parceria com a Escola Nacional de formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

14/03/2016 – CAMPANHA “JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA” PROMOVE EVENTOS NA CAPITAL



O Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães recebeu, na última sexta-feira (11), eventos da quarta edição da campanha nacional **Justiça pela Paz em Casa**, que sinalizam o compromisso do Poder Judiciário paulista no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. A campanha é uma iniciativa da ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal Federal.

Os magistrados Elaine Cristina Monteiro Cavalcante e Luis Fernando Decoussau Machado, da Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, acompanharam os trabalhos. Elaine Cavalcanti cumprimentou as participantes pelo “Dia Internacional da Mulher”, comemorado em 8 de março. Também destacou o caminho trilhado pelas mulheres até os dias atuais para a conquista de seus direitos.

A primeira palestra do dia foi com o inspetor da Guarda Civil Metropolitana, Laércio dos Santos Silva Filho, coordenador do projeto “Guardiã Maria da Penha”, implantado em junho de 2014. Ele trabalha em casos de ameaças e violência contra a mulher, encaminhados pelo Ministério Público, e falou sobre a rede de proteção e formas de atendimentos.

A segunda palestra ficou a cargo da presidente do Geledés Instituto da Mulher Negra, Maria Sílvia de Oliveira, que falou sobre o PLP 2.0, aplicativo que permite à mulher vítima de violência em situação de risco pedir ajuda pelo celular. A psicóloga da Vara Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Ana Maria Baricca falou da importância desses instrumentos, mas ressaltou a necessidade da participação ativa da vítima, que deve denunciar o caso. A defensora pública Mariana Melo Bianco encerrou o evento, colocando a Defensoria à disposição para atender e orientar as mulheres vítimas de violência.

Também na sexta-feira, a juíza Claudia Felix de Lima, da Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Leste 1, abriu evento comandado por psicólogas e assistentes sociais do Setor Técnico da Vara. Houve debate com estagiários dos escritórios do Foro Regional da Penha a respeito da importância da reflexão e conscientização sobre os direitos das mulheres vítimas de violência.

Feminicídio

Na quinta-feira (10), a juíza Liza Livingston, da 4ª Vara Criminal, presidiu o julgamento de um homem acusado de matar a esposa em dezembro de 2014, com golpes de faca. Segundo a denúncia, ele teria surpreendido a vítima e agido por ciúmes, o que qualificou o crime por motivo fútil e recurso que dificultou a defesa da vítima. Os jurados condenaram o acusado por homicídio duplamente qualificado e a pena foi fixada em 14 anos de reclusão.

São Paulo X Palmeiras

Em mais uma iniciativa promovida pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) relacionada à campanha, foi estendida ontem (13) faixa alusiva à ação no jogo entre São Paulo e Palmeiras, realizado no estádio do Pacaembu, pela 9ª rodada do Campeonato Paulista de Futebol. Os mais de 14 mil expectadores presentes acompanharam a abertura da faixa, que percorreu a lateral do gramado. Ela será novamente estendida no jogo entre Corinthians e Linense, que acontecerá na Arena Corinthians, no próximo sábado (19).

21/03/2016 – JOGO DE FUTEBOL RECEBE CAMPANHA “JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA”



A campanha **Justiça Pela Paz em Casa** recebeu o apoio de mais um time de futebol para levar mensagem de combate à violência doméstica e familiar. Desta vez foi na Arena Corinthians, no jogo do último sábado (19) entre Corinthians e Linense, que a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de São Paulo (Comesp) divulgou a faixa da campanha ao redor do gramado. Mais de 30 mil torcedores estavam no estádio.

A ação sinaliza o compromisso do Poder Judiciário com o combate à violência doméstica. Foi idealizada pela ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, e está em sua quarta edição. Além das ações de divulgação, os tribunais também concentraram esforços para priorizar processos relacionados à Lei Maria da Penha na semana de 7 a 11 de março.

A circulação da faixa no último sábado contou com a colaboração do desembargador Guilherme Gonçalves Strenger.

20/05/2016 – LIMEIRA LANÇA “BOTÃO DO PÂNICO” PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



A Prefeitura de Limeira e o Centro de Promoção Social Municipal (Ceprosom) lançaram, na última segunda-feira (16), o Programa Priscila Munhoz, que prevê a distribuição do ‘botão do pânico’ a mulheres vítimas de violência doméstica. Somente no ano passado, foram registrados na cidade 1.360 inquéritos policiais relacionados a esse tipo de crime, com 409 pedidos de medidas protetivas encaminhadas ao Judiciário. Limeira é a primeira cidade do Estado e a terceira no País a utilizar o sistema. O dispositivo é semelhante a um controle remoto. Ao ser acionado, emite um sinal ao Centro de Operações da Guarda Municipal, que recebe informações sobre o local em que a vítima está, seus dados e sua voz em tempo real. Em seguida, uma equipe é enviada ao local para atendimento imediato da ocorrência. O intuito da tecnologia é prevenir a reincidência e agilizar o socorro. O botão do pânico será entregue à vítima após decisão judicial nos casos em que houver risco de o suspeito ou réu voltar a perseguir e atacá-la. A expectativa, segundo o juiz Luiz Augusto Barrichello Neto, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Limeira, é que o dispositivo “dê mais efetividade às medidas protetivas concedidas pela Justiça em casos de violência doméstica. O equipamento colaborará para que casos como o de Priscila não aconteçam novamente”. O projeto é uma homenagem a uma das mulheres vítimas de violência doméstica no município. Aos 26 anos, Priscila Munhoz foi morta em 2013 após sofrer ameaças e registrar boletim de ocorrência um mês antes do crime.

23/06/2016 – CORREGEDORIA PROMOVE DEBATE SOBRE AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA EM CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Preocupado com o impacto da realização de audiências de custódia nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, convidou magistrados responsáveis pelas varas especializadas de Violência Doméstica no Estado de São Paulo para um encontro, realizado na manhã da última sexta-feira (17), no Fórum João Mendes Júnior. O objetivo da reunião, promovida após um mês do início das audiências de custódia relativas à matéria e da qual participaram também magistradas integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), foi diagnosticar os resultados dessa medida no cotidiano das varas, considerando os perfis diferenciados da vítima e do agressor em relação aos demais crimes. As audiências de custódia de pessoas presas em flagrante por crimes cometidos na Capital são realizadas em estrutura montada no Fórum Criminal da Barra Funda, inclusive para os delitos relacionados à violência doméstica. Durante o encontro, foram discutidas possíveis medidas para que as audiências de custódia que envolvam esses crimes sejam realizadas de forma específica, atendendo às peculiaridades desse tipo de delito. Também foram tratadas outras medidas que podem auxiliar na prevenção e diminuição das ocorrências, como, por exemplo, a necessidade de acompanhamento social e psicológico dos envolvidos. Algumas medidas sugeridas serão tomadas imediatamente e outras serão estudadas e debatidas em novas reuniões – ainda a ser designadas – para verificar a viabilidade de implantação (ver box). A Corregedoria Geral da Justiça, por meio de seus juízes assessores, reforçou a preocupação com o tratamento específico da violência doméstica e a necessidade de implementação de medidas que atendam a esse objetivo, inclusive nas audiências de custódia. “O corregedor-geral da Justiça sabe do belo trabalho exercido por todos os presentes nesta reunião no tratamento específico dos crimes de violência doméstica e, justamente por isso, preocupado com o impacto da realização de audiências de custódia nos crimes desta natureza, deseja ouvi-los, para que juntos possamos traçar o melhor caminho”, afirmou a juíza assessora da CGJ, Renata Mota Maciel

Madeira

Dezem.

Estiveram presentes as integrantes da Comesp desembargadoras Angélica de Maria Mello de Almeida (coordenadora) e Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida (vice-coordenadora) e as

juízas Maria Domitila Prado Manssur, Elaine Cristina Monteiro Cavalcante e Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos; os juízes assessores da CGJ Renata Mota Maciel Madeira Dezem, Leandro Galluzzi dos Santos e Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira; as magistradas Ana Paula Gomes Galvão Vieira de Moraes (Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Região Sul 2), Andrea Coppola Brião (Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Região Sul 1), Erica Marcelino Cruz (Vara Criminal de Suzano), Andreza Maria Arnoni (Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Região Sul 1), Maria Regina Gaspar (Vara da Violencia Domestica Norte), Camila de Jesus Mello Gonçalves (Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Norte), Cláudia Felix de Lima (Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Leste 1), Marcia Faria Mathey Loureiro (Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de São José dos Campos) e Tatiane Moreira Lima (Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Oeste); e os juízes Caio Moscariello Rodrigues (Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Leste), Fernando Augusto Andrade Conceição (Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Suzano), Hugo Leandro Maranzano (Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Sorocaba), Antonio Maria Patiño Zorz (coordenador do Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária – DIPO)

Audiência de custódia – Implantada no Tribunal de Justiça de São Paulo em 24 de janeiro de 2015, a iniciativa prevê a apresentação ao juiz, no prazo máximo de 24 horas, de pessoas presas em flagrante. Além do juiz, participam também o promotor de Justiça e o defensor público ou o advogado do preso, que têm contato prévio com o detido. Na audiência, os presos são informados pelo magistrado sobre a possibilidade de não responderem às perguntas formuladas e questionados sobre sua qualificação, condições pessoais e as circunstâncias objetivas de sua prisão. Após a manifestação das partes, defensor e promotor, o juiz decide se o acusado responderá ao processo preso, em liberdade ou se será encaminhado para acompanhamento assistencial. Existe ainda a possibilidade de o magistrado requerer exame de corpo de delito, caso ache necessário para apurar eventuais abusos cometidos contra o preso.

Assuntos deliberados

1. Os presentes foram uníssonos em afirmar que a solução que vem sendo dada nas audiências de custódia nos casos de crimes de violência doméstica vai ao encontro do tratamento dado nas varas especializadas, sobretudo quanto às decisões de manutenção das prisões ou soltura, tendo, inclusive, tornada mais eficiente e rápida a remessa dos flagrantes e a concessão das medidas protetivas;
2. É necessário aprimorar o tratamento nos casos de violência doméstica e audiência de custódia (contando, por exemplo, com a colaboração do Centro de Referência e Apoio à Víctima – Cravi – para promover palestras com o agressor e encaminhamento a serviços de apoio), além de capacitação em gênero dos juízes que atuam na custódia e formalização de protocolo mínimo para o procedimento, com a devida admoestação do agressor que será solto;
3. Estudar uma solução para intimação da vítima antes da soltura do agressor;
4. É necessário manter preferência absoluta na redistribuição dos flagrantes nos casos de violência doméstica, o que já vem sendo feito desde que iniciada a audiência de custódia nesse tipo de crime, conforme afirmou o juiz coordenador do Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária – Dipo, Antonio Maria Patiño Zorz;
5. Foram sugeridas, ainda, futuras conversas sobre o projeto de lei que inclui a

admoestação ao agressor que não é preso, além da utilização de um aplicativo de celular para casos de violência doméstica e a necessidade de manter contato com a Polícia Civil para aprimorar os flagrantes quanto à descrição das lesões das vítimas, bem como a indicação do endereço da Defensoria Pública para ser entregue às ofendidas e reanalisar o Provimento nº 32./00.

N.R.: texto originalmente publicado no DJE de 22/6/16.

15/08/2016 – TJSP LANÇA O “CÁ ENTRE NÓS” PARA HOMENS ENVOLVIDOS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



“Um pequeno passo que pode virar um grande passo para acabar com a violência doméstica.” Com essas palavras a juíza da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Foro Regional do Butantã, Tatiane Moreira Lima, abriu o evento de lançamento do projeto **Cá Entre Nós – Grupo Reflexivo e Educativo para Homens Envolvidos em Situação de Violência Doméstica**, realizado nesta segunda-feira (15) em conjunto com a juíza Ana Paula Gomes Galvão Vieira de Moraes e Fabiana Kumai Tsuno, da Vara de Violência Doméstica do Foro Regional de Santo Amaro. A iniciativa – que integra a 5ª edição da campanha nacional Justiça pela Paz em Casa – tem como objetivo estimular relações mais igualitárias entre homens e mulheres, observando que as desigualdades das relações de gênero são reproduzidas por todos. Para isso, o TJSP passa a oferecer um espaço onde o homem envolvido em situação de violência doméstica pode refletir sobre questões como o modelo de sociedade patriarcal, o papel social do marido e o machismo, possibilitando outros meios de solução de conflitos que não seja a violência. A coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, destacou a importância do trabalho integrado com a secretaria municipal e com a coordenadoria estadual de Políticas Públicas para Mulheres. “Esse é um marco especial para São Paulo e um momento significativo para o Poder Judiciário do Estado de São Paulo”, destacou. Os homens selecionados para o projeto participarão de 12 encontros temáticos semanais, com duração de duas horas, nos quais serão abordados temas como a construção cultural e histórica de gênero, tipos de violência, sexualidade e formas pacíficas de resolução de conflitos. O primeiro encontro contou com a presença de dez homens, que participaram de forma voluntária. Ao final do projeto, será

realizada entrevista com cada participante e seus familiares, para avaliação dos efeitos do atendimento nas questões de gênero e na qualidade dos relacionamentos familiares e sociais. O grupo de trabalho, que também terá acompanhamento do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e do grupo socioeducativo “E Agora José”, pretende construir indicadores que permitam implantar o projeto na Prefeitura de São Paulo. Cerca de 80% das mulheres agredidas têm filhos, dos quais 64% presenciam as cenas de violência. “A violência não é só contra a mulher, é contra a família”, observa a juíza Tatiane Moreira Lima. “Estamos começando um projeto-piloto, com objetivo de que vire permanente no TJSP e se transforme em programa de política pública de família”, completou a magistrada. **O Cá Entre Nós** faz parte das ações realizadas pelo **TJSP nos 10 anos da Lei Maria da Penha**, entre as quais a confecção de selo comemorativo pelos Correios, o projeto de Arte Grafite pelos artistas Aleksandro Reis e pelo Grupo Opni e a campanha “Rompa o silêncio. Você não está sozinha.#SomostodasMariadaPenha”. Estiveram presentes ao evento a secretária adjunta da Secretaria de Políticas Municipais para Mulheres, Dulcelina Vasconcelos Xavier; a assessora Maria da Penha Crispim Miguel, representando a coordenadora da Coordenadoria Estadual de Política Pública para Mulheres; a presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB/Mulher, Kátia Boulos; o juiz José Fabiano Camboim de Lima, representando o presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis); o defensor público Aparecido Eduardo dos Santos; o promotor de Justiça Yuri Giuseppe Castelione; a juíza diretora do Foro Regional do Butantã, Mônica de Cássia Thomaz Perez Reis Lobo; o psicólogo judiciário da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Zona Oeste, Alexandre Tetsuo Shimura; e o psicólogo social coordenador do Grupo Reflexivo de Homens no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, Leandro Feitosa Andrade.

22/08/2016 – EVENTOS NO ESTADO ENCERRAM A SEMANA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA



Para finalizar a semana da **Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa – 10 anos da Lei Maria da Penha**, idealizada pela ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, presidente eleita do Supremo Tribunal Federal, foi realizado na sexta-feira (19), eventos simultâneos em Campinas, Ribeirão Preto, Santos, São Paulo e Sorocaba. Em São Paulo, no Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães, na Barra Funda, o evento contou com palestra da psicóloga Branca Paperetti, especializada em violência de gênero e doméstica pela Escola de Saúde Pública da Universidade

de São Paulo (USP), para uma plateia de mais de duzentas convidadas, além da oferta de cursos e oficinas, com enfoque no empoderamento da mulher em risco desse tipo de violência. A mesa de trabalhos foi composta pela coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida; pela vice-coordenadora da Comesp, desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida; pelo juiz coordenador da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) no Complexo Judiciário Mário Guimarães, Diego Bocuhy Bonilha, representando o presidente; pelas juízas integrantes da Comesp Elaine Cristina Monteiro Cavalcante (Vara Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), Maria Domitila Prado Manssur Domingos (16ª Vara Criminal) e Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos (2ª Vara Criminal de Santo André). A desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida afirmou, ao abrir o evento, que as atividades integravam a **Campanha Rompa o Silêncio – Você Não Está Sozinha! #Somos Todas Maria da Penha**, lançada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e pela Comesp. “A mulher paulista em risco de violência tem confiado no Poder Judiciário de São Paulo e tem buscado auxílio para que o ciclo de violência em nossa sociedade seja rompido de uma forma eficaz.” “As atividades que serão desenvolvidas hoje têm como objetivo aproximar o Poder Judiciário da rede de serviços oferecidos às mulheres em situação de violência doméstica, disponibilizando ofertas de cursos e oficinas às presentes, além de propiciar uma reflexão sobre os objetivos traçados para suas vidas”, afirmou a juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcante. A psicóloga Branca Paperetti discorreu sobre o tema “Cabeça de Mulher”. Ela explicou os conceitos de violência e como a sociedade interpretou certos comportamentos e situações ao longo do tempo, relacionando ética com violência. Falou sobre as conquistas de direitos que as mulheres alcançaram no século XX e concluiu a palestra enfatizando a importância do empoderamento da mulher para assumir o protagonismo de sua vida. “Tendo em vista que levamos milênios para construir uma sociedade patriarcal e machista, precisamos mudar a forma como a mulher se coloca diante do mundo com muito espírito crítico e construir um processo que mudará a História no dia a dia.” A desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida acrescentou que o movimento de defesa dos direitos da mulher não exclui os homens, mas precisa que eles sejam parceiros na luta. Também ressaltou que a mulher deve desenvolver sua autoestima. “O amor próprio irá nortear todas as atitudes que ela tomará.” As juízas Maria Domitila Prado Manssur e Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos falaram sobre a necessidade de capacitação e empoderamento da mulher em risco de violência e do trabalho que o TJSP desenvolve para auxiliar na construção de políticas públicas. A consultora sênior de projetos contra violência doméstica do Instituto Avon, Mafoane Odara, e o diretor da Turma do Bem, Hilário Rocha, apresentaram trabalhos que suas instituições desenvolvem. No encerramento do evento, as convidadas tiveram acesso a estandes de mais de 20 instituições que disponibilizam serviços, cursos e oficinas de capacitação. Em Ribeirão Preto, durante a semana da **Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa**, 75 mulheres participaram do *workshop* Armadilhas Veladas, além de terem sido realizadas sessões de Constelação Familiar com supostos ofensores e realizadas Oficinas de Pais, visando auxiliar os casais em vias de separação a criar uma efetiva e saudável relação parental junto aos filhos. Foram convidados dois casais que estão com medidas protetivas e sendo acompanhados pelo psicossocial do Anexo da Violência Doméstica para prevenir a alienação parental, na medida em que procura conscientizar o casal que é importante para a criança conviver com ambos os pais, a fim de que

se construa uma relação e forme por si uma imagem de cada um dos pais. Em Sorocaba, durante a abertura do evento, o juiz diretor da 10ª RAJ, titular do Juizado da Violência Doméstica, Hugo Leandro Maranzano, destacou a importância dos dez anos da Lei Maria da Penha. “Agradecemos, em especial, à Rede de Atendimento existente na Comarca de Sorocaba, onde foi instalada a primeira Vara Especializada de Violência Doméstica do interior do Estado de São Paulo”. A psicóloga do Núcleo de Atendimento Psicossocial do Ministério Público do Estado de São Paulo (NAT), Gislayne C. Figueiredo Vasquez, também fez a palestra “Cabeça de Mulher”, e a comunicadora social Mirian Zacareli falou sobre “Empoderamento da Mulher - Começar de Novo 2”.

Em seguida, duas vítimas relataram os abusos sofridos, uma delas, inclusive, descreveu situações de violência durante gravidez de risco, que resultaram em medida protetiva, poucos dias após o nascimento do filho. Além do apoio da Delegacia de Defesa da Mulher, a vítima destacou o acompanhamento da Patrulha da Paz, da PM, que fiscalizou o cumprimento das medidas protetivas, realizando várias visitas à residência da vítima e do agressor, alertando-o das consequências de eventual descumprimento da ordem judicial, o que permitiu que ela retomasse à normalidade das suas atividades pessoais e profissionais.

Em Campinas, foram realizadas palestras pelo juiz diretor da 4ª Região Administrativa Judiciária (RAJ), Luiz Antônio Alves Torrano; pela presidente da Associação das Advogadas, Estagiárias e Acadêmicas de Direito do Estado de São Paulo (Asas), Rosana Chiavassa; e pelo psicólogo e sociólogo coordenador do programa “E Agora José” – grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher, Flavio Urra. O encerramento do evento contou com apresentação de tango com os professores Juliana Gianessi e Leonardo Cunha.

Também prestigiaram o evento de São Paulo as juízas da Vara de Violência Doméstica e Familiar da Região Norte, Maria Regina Ribeiro Junqueira de Andrade Gaspar Burjakian e Camila de Jesus Mello Gonçalves; a juíza da Vara de Violência Doméstica e Familiar da Região Leste 1, Claudia Félix de Lima; o juiz auxiliar da Vara de Violência Doméstica Central, Luís Fernando Decoussau Machado; a juíza da 23ª Vara Criminal Cynthia Torres Cristofaro; o juiz da 3ª Vara do Júri Marcus Alexandre Manhães Bastos; a juíza da 4ª Vara do Júri Liza Livingston; os promotores de Justiça Carlos Bruno, Denise Cristina da Silva e Fernanda Damico; a presidente da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, Kátia Boulos; a presidente da Comissão de Execução Penal da OAB – Santo André, Priscila Silveira; a presidente das Promotoras Legais Populares de Santo André (Proleg), Claudia Geovania Batista; a capitã PM Ana Paula Benvenuto Queiroz, representando a tenente-coronel Ana Rita Amaral Souza; a presidente da Geledés – Instituto da Mulher Negra, Maria Sylvia de Oliveira; o assessor parlamentar da deputada federal Keiko Ota, Issao Hoshino; a assistente social da Vara da Violência Doméstica Central Maria de Fátima Agostinho Ferreira; a conselheira do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo, Maria Aparecida Pinto; representantes das seguintes instituições: Casa Zizi; Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente e Região; Centro de Cidadania da Mulher (CDCM) de Perus e Região; CDCM de Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade; CDCMs Viviane dos Santos, Cidinha Kopcak, Casa de Isabel, Casa Anastácia e Mulher Ação – Região de Itaquera e São Miguel Paulista; Núcleo Cristão Cidadania e Vida; CDCM Mariás; Insituto Solid Rock Brasil; ONG Nova Mulher; CDCM Capela do Socorro e Grajaú; CDCM Maria de Lourdes Rodrigues; CDCM Mulheres Vivas; Associação Fala Mulher; CDCM Francisca Franco; Negra Sim – Movimento das Mulheres Negras de Santo André;

Secretaria de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Santo André; Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CAT) das regiões Norte, Sul, Leste e Central; além de convidados, advogados e servidores.

06/09/2016 – COMESP PROMOVE DEBATE SOBRE O COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PELO EMPODERAMENTO ECONÔMICO



A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) promoveu hoje (26), em parceria com o Consulado Geral dos Estados Unidos em São Paulo, uma roda de conversa sobre o combate à violência doméstica por meio do empoderamento econômico das vítimas, no Fórum João Mendes Júnior. O evento reuniu magistrados, integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Secretaria Municipal de Políticas Para as Mulheres - instituições que compõem a **Campanha Compromisso e Atitude** - e a Sociedade Civil Turma do Bem. A convidada americana, Ludy Green, é uma das maiores especialistas do mundo no tema de violência contra mulheres e crianças. Ela falou sobre a importância da autonomia financeira para quebrar o ciclo de relacionamentos abusivos, fator que ajuda a manter as vítimas de violência e tráfico de pessoas em cativeiro. A coordenadora da Comesp, desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, agradeceu a presença de todos no evento. “Recebemos com muita a alegria a presença de todos os convidados comprometidos com os Direitos Humanos e a violência de gênero. A Coordenadoria da Mulher tem muita satisfação em acolhê-los aqui nessa reflexão sobre o tema e na oportunidade de compartilhar experiências sobre o assunto”, disse. Também estiveram presentes os juízes Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos (2ª Vara Criminal de Santo André e integrante da Comesp), Tatiane Moreira Lima (Vara da Região Oeste de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Foro Regional do Butantã), Érica Marcelina Cruz (Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Suzano) e Hugo Leandro Maranzano (Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Sorocaba); o diretor de relacionamento da Turma do Bem, Hilário Rocha; a conselheira seccional e presidente da Comissão da Mulher Advogada, Kátia Boulos; a adida de imprensa do consulado americano, Mariju Bofill; a assessora cultural Elisabete Nishi; as intérpretes de conferência Denise Kato e Christiana Danemann; e as

integrantes da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres da Cidade de São Paulo Maria Cristina Corral e Carolina Vieira da Costa. **Painel** – No período da tarde, a juíza Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos representou a Comesp em uma exposição sobre o tema realizada no Palácio dos Bandeirantes. O evento foi aberto ao público e contou com o apoio da Assessoria de Cooperação Internacional e do Governo do Estado de São Paulo.

21/10/2016 – FJMJ RECEBE PALESTRA OUTUBRO ROSA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO



A Secretaria da Área da Saúde (SAS) do Tribunal de Justiça de São Paulo realizou hoje (21), em parceria com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comesp), Escola Judicial dos Servidores (EJUS) e Comitê de Ação Social e Cidadania (CASC) a palestra **Outubro Rosa no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, com o objetivo de disseminar a importância do diagnóstico precoce e tratamento do câncer de mama. A abertura ficou a cargo do médico judiciário Valter da Cunha Sales, ginecologista formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e especialista em mastologista pela Sociedade Brasileira de Mastologia. Sales destacou a prática de atividades físicas regulares como essencial para prevenção do câncer de mama e manutenção do peso. O médico explicou sobre as prevenções primária – quando não existe doença nem sintomas –, secundária – quando há doença, mas é assintomática (é o diagnóstico em fase precoce) – e terciária – quando existem os sintomas e a doença (o tratamento, nesse caso, é a cirurgia e a radioterapia). “Precisamos tratar a saúde como um todo, pois percebemos o quanto é importante a vida, e o quanto ela oferece”, afirmou. Em seguida foi a vez de José Roberto Filassi, livre-docente da disciplina de Ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), chefe do setor de Mastologia do Hospital das Clínicas/ICESP e diretor científico da Sociedade Brasileira de Mastologia falar sobre o câncer de mama, segundo tipo de câncer mais frequente no mundo e o mais comum entre as mulheres. “Estatísticas indicam aumento de sua incidência tanto nos países desenvolvidos quando nos em desenvolvimento, o que reforça a importância do diagnóstico e tratamento precoces.”

O professor falou sobre rastreamento, tratamento e prevenção e ainda destacou que a grande maioria das alterações da mama são benignas. Ele explicou também que detectar a doença na fase inicial é um dos avanços da medicina atual, o que contribui para os altos índices de cura. Por isso é importante que todas as mulheres realizem, a partir dos 40 anos, a mamografia anual. “O diagnóstico precoce diminui a mortalidade”, concluiu. Na abertura para as perguntas, as juízas Maria Domitila Prado Manssur Domingos (16ª Vara Criminal Central) e Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos (2ª Vara Criminal de Santo André) destacaram a preocupação do Tribunal em promover qualidade de vida aos servidores e jurisdicionados. O evento aconteceu na Sala do Servidor do fórum João Mendes Júnior e contou com a presença de 132 participantes da Capital. A palestra foi transmitida para outros 480 funcionários no interior do Estado, que acompanharam a transmissão pela internet.

04/11/2016 – MAGISTRADA PAULISTA PRESTIGIA EVENTO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Encontro aconteceu em Poços de Caldas, Minas Gerais

A juíza Maria Domitila Prado Manssur Domingos, da 16ª Vara Criminal Central e integrante da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comesp), esteve em Poços de Caldas (MG) na última quarta-feira (2) para participar da 11ª edição do "Sorriso do Bem", evento que reúne mais de 500 dentistas voluntários da ONG "Turma do Bem".

O projeto tem mudado a vida de mulheres que sofreram violência doméstica ao oferecer tratamentos odontológicos completos e gratuitos. Muitas delas foram agredidas por maridos e companheiros e, em decorrência das agressões, perderam parte da dentição e, como consequência, a autoestima.

Durante o evento, artistas convidadas aderiram à campanha **Rompa o Silêncio, você não está sozinha! #SomosTodasMariadaPenha**, lançada em agosto pelo TJSP para combater a violência de gênero.

18/11/2016 – COMESP INAUGURA CINEDEBATE COM APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTÁRIO SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO



Documentário será exibido durante Semana Nacional da Conciliação.

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) realizou, na última sexta-feira (18), o **1º CineDebate**, com apresentação do documentário “Precisamos falar com os homens – Uma jornada pela igualdade de gênero”.

O filme, produzido pela ONU Mulheres no âmbito do movimento #ElesPorElas (HeForShe), expõe, de forma delicada e didática, os estereótipos masculinos que estimulam a desigualdade de gênero. A coordenadora da Comesp, desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida destacou que o CineDebate é uma das iniciativas do TJSP em homenagem ao dez anos da Lei Maria da Penha, que inclui também a Campanha “Rompa o Silêncio, você não está sozinha! #SomostodosMariadaPenha”.

Após a exibição, foi realizado debate com a participação da promotora legal popular, coordenadora do Projeto das Pretas da Uneafro, Rosângela Cristina Martins; da advogada e cofundadora do Coletivo Feminista Dandara da Faculdade de Direito da USP, Marina Ganzarolli; e do diretor de Planejamento Participativo da Prefeitura de Santo André e coordenador do Programa E Agora José?, Flávio Urra.

Marina Ganzarolli observou que se os homens fazem parte do problema, também devem integrar a solução. “A cultura machista prejudica a todos, os próprios homens sofrem a opressão de terem que se encaixar no estereótipo de machão e as mulheres sofrem todo tipo de violência, psicológica, física, e inclusive feminicídio.” Diariamente 13 mulheres são vítimas de homicídio no Brasil, de acordo com Mapa da Violência contra a Mulher, de 2015.

Rosângela Martins destacou o trabalho preventivo realizado pela Uniafro com os adolescentes negros que se preparam para a universidade, questionando constantemente os meninos se não estão reproduzindo um comportamento machista e alertando as meninas para prestar atenção aos sinais de um relacionamento abusivo. “Nós coexistimos homens e mulheres, e precisamos cuidar dos meninos também. Os meninos negros, em particular, são ao mesmo tempo atores e alvos da violência”, completa.

O documentário “Precisamos falar com os homens” mostra resultados de pesquisas realizadas no Brasil. Ainda que os grupos de estudos sejam divididos entre “mais machistas” e “menos machistas”, as condutas e os envolvimento em casos de violência de gênero ainda têm

proporções muito similares.

A boa notícia é que os grupos reflexivos de homens dão resultados. “Os homens saem da posição machista que não conseguiam enxergar, do perfil construído pela sociedade”, conta Flávio Urra.

A conclusão do debate – que contou com a participação das juízas da Comesp Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos e Elaine Cristina Monteiro Cavalcante e demais representantes do grupo Compromisso e Atitude, incluindo as Secretarias de Políticas para as Mulheres dos municípios de São Paulo e Barueri – foi que a sociedade precisa reaprender o que é e o que não é amor e que respeito não pode ter gênero.

O documentário **“Precisamos falar com os homens – Uma jornada pela igualdade de gênero”** será exibido diariamente, na próxima semana (de 21 a 25/11), às 15 horas, durante a Semana Nacional de Conciliação, no Parque da Água Branca.

A segunda edição do **CineDebate** será realizada na sexta-feira, 2/12, às 10 horas, no TJSP, com apresentação do filme “Quem matou Eloá” e debate com participação da documentarista do premiado curta-metragem, Lívia Perez; da antropóloga Beatriz Accioly Lins; e da diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão-Mídia e Direitos, Jacira Vieira de Melo.

24/11/2016 – AUDIÊNCIAS CÍVEIS SÃO REALIZADAS NO QUARTO DIA DA SENACON



Casos de família sem cadastro também foram atendidos.

Nesta quinta-feira (24), muitas empresas enviaram representantes à tenda montada no Parque da Água Branca para tentar resolver conflitos. Seguradoras, empresas de eletroeletrônicos, bancos, empresas aéreas e outras demandantes realizaram audiências durante todo o dia. Marlene da Silva de Jesus compareceu para resolver um problema com o aparelho celular que adquiriu há dois meses, e após tentar contato com a assistência técnica do fabricante por várias vezes, resolveu procurar ajuda na Semana da Conciliação. “O aparelho parou de funcionar e fazia somente chamadas de emergência”, relatou. Após a audiência de conciliação, Marlene se mostrou satisfeita, pois recebeu a garantia de que irá receber o valor investido de volta, para comprar um novo aparelho. O advogado da companhia, Luiz Fernando Rodrigues dos Santos Filho, disse que a empresa trouxe cerca de cem casos para a Senacon. “Excelente oportunidade para a imagem da empresa e também é ótimo para o cliente. Entendemos que é muito

importante para fidelização dos clientes, pois resolvemos o problema do consumidor de forma extremamente rápida, que por outros meios, demoraria muito para solucionar. A Samsung, que já participa há alguns anos, também sabe da importância da conciliação e promove a disseminação da cultura da pacificação entre parceiros e clientes”, explicou. A Mapfre Seguradora, empresa que também participa da Senacon, foi representada pela advogada Aline Pedroso. “A Semana da Conciliação é muito importante porque resolve de forma muito rápida as demandas. É excelente para a empresa, pois diminui os custos e melhor ainda para o consumidor, que consegue receber a resposta com máxima celeridade”, disse. Além disso, segundo a advogada, “o processo em si é muito oneroso para a empresa e, neste evento, a gente consegue pôr fim a muitas ocorrências, além de deixar o cliente satisfeito”, comemorou. Também nesta quinta feira, casais sem filhos que quiseram se divorciar ou reconhecer a união estável sem ter efetuado o cadastro prévio também puderam resolver suas situações. Foi o caso de Gerusa Maria da Silva e Ricardo Alves Oliveira, residentes da zona norte da Capital. “Estamos juntos desde 1989 e soubemos pela imprensa que hoje poderíamos vir, mesmo sem ter feito o cadastro, para fazer a união estável e trouxemos os documentos, conforme pediram”, disse Gerusa. O casal foi prontamente atendido assim que chegou à triagem e encaminhado à sala de audiência, onde resolveu sua situação. No período da tarde, na tenda da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) no Parque da Água Branca, aconteceu uma Roda de Conversa e Orientação sobre a Lei Maria da Penha, Direitos da Mulher e Rede de Atendimento. O encontro teve a participação do Grupo de Mulheres do Centro Social Marista do Jardim Robru; da presidente da Comissão da Mulher Advogada de Taboão da Serra, Maria Amélia Santos Alencar; e das assistentes sociais da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Leste 2 Alba Tereza Sousa de Macedo e Fátima de Almeida Freitas. No quarto dia da Senacon foram realizadas 78 audiências, com 58 acordos homologados, que movimentaram R\$ 83.453,27. No total, 157 pessoas foram atendidas.

02/12/2016 – CINEDEBATE APRESENTA DOCUMENTÁRIO “QUEM MATOU ELOÁ?”



Documentário foi exibido no Fórum João Mendes Júnior.

Na 2ª edição do CineDebate a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) apresentou, na sexta-feira (2), o documentário “Quem matou Eloá?”. O evento participa da campanha **16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher**, bem como integra a **6ª Edição da Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa**, realizada de 28/11 a 2/12. Participaram como debatedoras a pesquisadora nas áreas de antropologia social e cultural Beatriz Accioly Lins; a diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão-Mídia e Direitos, Jacira Vieira de Melo; e a realizadora do curta-metragem em debate no evento, Lívia Perez. O documentário retrata a dramática situação ocorrida em 2009, na qual Eloá Pimentel, uma garota de 15 anos, foi mantida refém por cinco dias pelo ex-namorado. A obra evidencia a influência que os veículos de comunicação tiveram no caso e traz a espetacularização como uma das possíveis responsáveis pelo fim trágico da história. Jacira Vieira de Melo observou a necessidade da desconstrução dos formatos adotados pela imprensa, onde se busca possíveis justificativas para os crimes violentos. Essa abordagem colabora para que vítimas ainda se tornem responsáveis pelas ações criminosas. Beatriz Accioly Lins ressaltou a importância das mídias sociais e internet como criadoras de contra-narrativas, ferramentas que na década passada não eram tão fortemente empregadas. Lívia Perez descreveu sobre a linguagem utilizada no documentário e relatou a tentativa de se distanciar do sensacionalismo mostrado na época dos fatos. Ressaltou ainda a importância de preservar as imagens dos menores envolvidos. Ao final, a coordenadora da Comesp, desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida reforçou sobre a responsabilidade dos veículos de comunicação e como decisões judiciais podem ser instrumentos de transformação.

02/12/2016 – TJSP PARTICIPA DA 6ª EDIÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA



Atividades foram realizadas entre os dias 28/11 e 2/12.

O Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães promoveu, na última sexta-feira (2), atividades da 6ª edição da **Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa**, lançada pela Ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e da campanha **Rompa o Silêncio, Você não está sozinha, Somos Todas Maria da Penha**, lançada pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) na comemoração dos Dez Anos da Lei Maria da Penha.

Na abertura da reunião a juíza da Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, agradeceu todas as instituições participantes, a equipe técnica, e todos os que contribuíram de alguma forma com a realização do evento. “Cumprimento calorosamente todas as mulheres que aqui compareceram para participar deste encontro, visto que são as destinatárias de nosso trabalho”, afirmou a juíza.

A primeira exposição foi feita pela assistente social do Centro de Defesa e Convivência da Mulher Francisca Franco, Maria Luciene Reis. Ela explicou que o Centro promove ações voltadas para a garantia dos direitos da mulher e para o pleno exercício de sua cidadania. O local tem como objetivo oferecer orientações nas áreas social, psicológica e jurídica por meio dos articuladores de rede através da triagem, atendimento diferenciado e encaminhamento. “A mulher tem que conhecer seus direitos para lutar por eles”, esclareceu Maria Luciene.

Em seguida, a advogada Luciana Agrella falou sobre sua experiência na Associação Fala Mulher – Centro de Defesa e Convivência da Mulher CISM II – Casa Verde. “A Associação Fala Mulher é uma entidade sem fins lucrativos, inspirada nos valores fundamentais da pessoa humana, de uma sociedade democrática e sem exclusão social”, explicou. A ONG oferece atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e a crianças, adolescentes e idosos que tiveram seus direitos violados, através da orientação de equipes multidisciplinares formadas por advogados, psicólogos, assistentes sociais e educadores, além de assistência de segurança em casa abrigo sigilosa. “Ajudamos a mulher a reconhecer seus direitos. Você não sabe o quanto é forte”, concluiu

A ONG Geledés – Instituto da Mulher Negra foi representada por Maria Sylvia Oliveira, que explicou sobre o aplicativo Juntas, ferramenta que permite à mulher vítima de violência acionar

um botão em seu telefone celular, que emite uma mensagem mostrando sua localização, desde que cadastrada em uma rede social ou institucional de proteção. “Além da proteção precisamos fazer com que a sociedade discuta essa violência e consiga romper esse ciclo”, afirmou.

Em seguida, o Centro de Apoio ao Trabalho e ao Empreendedorismo – CATE –, representado por Daniella Abreu falou da importância da autonomia financeira da mulher no rompimento do ciclo de violência. “Preciso saber quem eu sou, minhas qualidades, e o que tenho de melhor para oferecer. Assim vou poder mostrar o melhor de mim para o mercado de trabalho e convencer o selecionador a me contratar.”

A facilitadora de dança circular Raquel Sampaio falou da importância e dos benefícios da dança na vida das mulheres. “As danças circulares sempre estiveram presentes na cultura dos povos para celebrar nascimentos, colheitas, casamentos e também nos falecimentos. Fáceis de aprender, podem ser praticadas por pessoas de todas as idades. Ao dançar em roda, em comunhão, os participantes sentem um grande bem-estar. A dança melhora a qualidade de vida e resgata a autoestima. Permita-se e descubra-se através da dança”, sugeriu a professora. Ao final do encontro, Raquel Sampaio convidou todos os presentes para participar da vivência da dança circular.

Foro Regional do Butantã – No último dia 30, servidores do Judiciário, integrantes do Ministério Público e representantes de instituições prestaram atendimento a vítimas no auditório do Foro Regional do Butantã, orientando sobre a Lei Maria da Penha.

As Promotoras Legais Populares (PLPs) da ONG Géledes – Instituto da Mulher Negra também estiveram presentes nos saguões dos fóruns da Capital que possuem Varas de Violência Doméstica instaladas para explicar e divulgar a funcionalidade do aplicativo **Juntas**.

Ribeirão Preto – A Comarca de Ribeirão Preto promoveu diversas atividades durante a semana. A assistente social Marta Aparecida Teixeira Souza Melo falou sobre o tema **Violência Doméstica contra a Mulher** para alunos dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, da Educação para Jovens e Adultos (EJA), e suas respectivas famílias na Escola Municipal Alfeu Gasparini, e também palestrou para alunos do curso de Psicologia da Universidade Estácio.

Na Sala de Reuniões do fórum e no Salão do Júri aconteceram palestras e rodas de conversa com grupos de homens e de vítimas com a terapeuta Ana Lúcia Braga, que falou sobre Constelação Sistêmica Familiar.

"A Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa tem se viabilizado de forma a superar a simples concentração de atos e julgamentos que se referem à violência doméstica. Ela veio para mobilizar e articular novos projetos e ideias, reunir as parcerias, avaliar o que vem ou não dando certo com os maiores interessados na solução desses conflitos e com a sociedade civil em geral. Sem dúvida, são marcos importantes no calendário do nosso Judiciário para fazer valer os direitos da mulher", afirmou a juíza do Anexo de Violência Doméstica de Ribeirão Preto, Carolina Moreira Gama.

**RESOLUÇÕES,
PROVIMENTOS
PORTARIAS E
COMUNICADOS
PUBLICADOS NO DIÁRIO
DA JUSTIÇA
ELETRÔNICO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE
SÃO PAULO
2016**

COMUNICADO CONJUNTO Nº 201/2016
(Processo CPA Nº 2015/082488)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça **COMUNICAM** aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de **Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (feminicídio)** que apoiam o Programa JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA, que tem por objetivo reforçar as estratégias do Poder Judiciário no combate à violência contra a mulher. Em virtude disso, a Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa será retomada na semana de 07 a 11 de março de 2016. **SOLICITAM** aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas, bem como designem júris referentes a casos que envolvam violência contra a mulher. **DETERMINAM** ainda que todas as informações relacionadas à referida semana, tais como números de audiências preliminares e instrutórias, plenários do júri realizados, sentenças proferidas com e sem decisão de mérito, medidas protetivas concedidas e despachos ordinatórios proferidos sejam encaminhadas para o e-mail semanavioldom@tjsp.jus.br, **OBRIGATORIA E DIARIAMENTE, ao final do expediente, utilizando exclusivamente a planilha Excel enviada à caixa de e-mail dos Magistrados e dos Escrivães Judiciais, mesmo não havendo informação relativa a esses processos.**

Dje de 19/02/2016 – pág. 05

COMUNICADO CG N.º 313 /2016

A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA comunica aos Exmos. Srs. Juízes de Direito e Ilmos. Escrivães dos órgãos judiciais que conforme Provimento C.G. nº 55/2015 artigo 2º, incisos III, IV e V, publicado em 8 de janeiro de 2016, para que providenciem o encaminhamento para o endereço e-mail cmjsuporte@tjsp.jus.br com os seguintes dados para serem cadastrado no Movjud: Usuário do ID, Nome, CPF, Matrícula, telefone, Foro, e-mail institucional e a área que atua, ou seja, Família e Sucessões, Infância e Juventude, Adolescente Autor de Ato Infracional e **Violência Doméstica**, no prazo de 5 (cinco) dias. Lembrando que o servidor designado para tal atividade deve fazer parte do quadro de funcionários que atuam na área (Assistente Social / Psicólogo).

Dje de 07/03/2016- pág. 06

PROVIMENTO CG Nº 08/2016

O Desembargador MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o caráter protetivo que norteia os Setores Técnicos presentes nos Fóruns do Estado;

CONSIDERANDO a existência de ações envolvendo medidas de proteção e a tutela de idosos em situação de risco, na forma do artigo 43 e seguintes da Lei nº 10.741/2003;

CONSIDERANDO a vulnerabilidade ínsita às pessoas idosas e a possibilidade do surgimento de casos onde é imprescindível a atuação do Setor Psicossocial;

CONSIDERANDO que os artigos 802 e 803 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça restringem a atuação do Setor Psicossocial às Varas de Infância e Juventude, de Família e Sucessões e de Violência Doméstica;

RESOLVE: Art. 1º - Alterar o disposto nos art. 802, caput e 803 das NSCGJ, que passam a vigorar com a seguinte redação: Art. 802. Os assistentes sociais e os psicólogos judiciários executarão suas atividades profissionais junto às Varas da Infância e da Juventude, de Família e das Sucessões, de Violência Doméstica e nas ações que demandem medidas de proteção a idosos em situação de risco, mesmo que tramitem nas Varas Cíveis. Art. 803. Nos procedimentos contraditórios das Varas da Infância e da Juventude e nos processos das Varas de Família e Sucessões, das Varas de Violência Doméstica, bem como nas ações que tenham por objeto medidas de proteção aos idosos, a equipe multidisciplinar officiará no processo na qualidade de perito judicial, observando, conforme o caso, o previsto nos artigos 420 a 439 do Código de Processo Civil e nos artigos 158 e 159 do Código de Processo Penal.

Art. 2º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016. (a) MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS Corregedor Geral da Justiça.

PORTARIA Nº 9259/2016

O Desembargador **PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - RECONDUZIR as Desembargadoras ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA, como Coordenadora, e MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA, como Vice-Coordenadora, bem como as Doutoradas ELAINE CRISTINA MONTEIRO CAVALCANTE, TERESA CRISTINA CABRAL SANTANA RODRIGUES DOS SANTOS e MARIA DOMITILA PRADO MANSSUR DOMINGOS, Juízas de Direito, como membros, e ainda os Doutores HUGO LEANDRO MARANZANO, MARCIA FARIA MATHEY LOUREIRO, CAMILA DE JESUS MELLO GONÇALVES, LEANDRO JORGE BITTENCOURT CANO, LIZA LIVINGSTON, CAIO MOSCARIELLO RODRIGUES, ANA PAULA GOMES GALVÃO VIEIRA DE MORAES, CLAUDIA FELIX DE LIMA, ALEXANDRE MUÑOZ e TATIANE MOREIRA LIMA, Juízes de Direito, como colaboradores, para comporem a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo – COMESP, nos termos da Resolução nº 561/2012, até 31 de dezembro 2017.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2016.

(a) PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI, Presidente do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 9273/2016

O Desembargador PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CESSAR a designação do Doutor ALEXANDRE MUÑOZ, Juiz de Direito, para compor a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo – COMESP.

Art. 2º - DESIGNAR os Doutores ANDREA RIBEIRO BORGES, ANDREZA MARIA ARNONI, FERNANDO AUGUSTO ANDRADE CONCEIÇÃO, ÉRICA MARCELINA CRUZ e CAROLINA MOREIRA GAMA, Juízes de Direito, como colaboradores, para comporem a referida Coordenadoria, nos termos da Resolução nº 561/2012, até 31 de dezembro 2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Paulo, 15 de março de 2016.

(a) PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI, Presidente do Tribunal de Justiça

Dje de 17/03/2016- pág. 01

PORTARIA Nº 9286/2016

O Desembargador PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CESSAR, a pedido, a designação da Doutora ANDREA RIBEIRO BORGES, para compor a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo – COMESP.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Paulo, 07 de abril de 2016.

(a) Des. PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI, Presidente do Tribunal de Justiça

Dje de 14/04/2016- pág. 01

COMUNICADO SEMA- SECRETARIA DA MAGISTRATURA

COMUNICADO Nº 01/2016

A Presidência da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Considerando a existência desde o ano de 2015 da Campanha Justiça pela Paz em Casa, sob coordenação do Colendo Supremo Tribunal Federal, bem como a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo – COMESP, ambas com o objeto de fomentar o combate à violência contra a mulher, no âmbito das relações domésticas e familiares;

Considerando a previsão para a realização das próximas “Semanas da Campanha Justiça pela Paz em Casa”, com esforço concentrado na realização de audiências e julgamentos de causas envolvendo violência contra a mulher, no âmbito doméstico para os dias 15 a 19 de agosto e 21 a 25 de novembro de 2016;

Considerando a solicitação para que os Tribunais Estaduais promovam um esforço concentrado para o julgamento de recursos de processos envolvendo violência contra a mulher, no âmbito das relações domésticas;

Sugere aos Senhores Desembargadores Presidentes das Câmaras de Julgamento da Seção de Direito Criminal que viabilizem a inclusão em pauta de julgamento, para os períodos de 15 a 19 de agosto e de 21 a 25 de novembro de 2016, do maior número possível de processos cujo objeto sejam crimes envolvendo violência doméstica e familiar.

São Paulo, 7 de julho de 2016.

(a) Renato de Salles Abreu Filho, Presidente da Seção de Direito Criminal.

COMUNICADO Nº 99/2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Desembargador PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI, COMUNICA que:

Está autorizada a utilização do muro do estacionamento Conde de Sarzedas, para realização de painel de arte grafite, em comemoração aos 10 anos da Lei Maria da Penha.

O Tribunal de Justiça arcará com parcela dos dispêndios para a implantação dos projetos aprovados.

Na apreciação e avaliação dos projetos, os artistas serão orientados para que não façam nenhuma alusão à violência, ao uso das drogas, ao preconceito, ou a qualquer outra forma de linguagem que afete a dignidade humana ou à imagem do TJSP. Compete à Comissão avaliadora a apreciação e aprovação dos projetos.

A comissão avaliadora será composta por um juiz assessor da Presidência do TJSP, por duas representantes da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário - COMESP, pela diretora de comunicação do TJSP e pela coordenadora de Marketing do TJSP. São Paulo, 27 de julho de 2016. (a) PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI, Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Publicado Dje de 28 de julho de 2016, pág. 02

PORTARIA Nº 9317/2016

Institui o Selo Comemorativo “TJSP nos 10 anos da Lei Maria da Penha” e determina o uso em documentos oficiais e eventos institucionais durante o mês de agosto de 2016 em iniciativas relacionadas à temática Violência de Gênero

O Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI, no uso das atribuições que lhe confere artigo 16 do Regimento Interno do TJSP, de 25 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º Instituir, na forma do anexo único desta Portaria, o Selo Comemorativo “TJSP nos 10 anos da Lei Maria da Penha”, em comemoração aos dez anos da Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006.

Art. 2º Determinar o uso do Selo Comemorativo em documentos oficiais e eventos institucionais relacionados ao combate à violência de gênero, no período de 1º de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017, dentre outros, festas, comemorações, seminários, cursos, encontros, publicações, material informativo e placas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE. São Paulo, 27 de julho de 2016. (a) PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI, Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Publicada no DJE 28 de julho de 2016, pág 01

COMUNICADO CONJUNTO Nº1882/2016 (PROTOCOLO CPA Nº 2015/82488)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça **COMUNICAM** aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (feminicídio) que a Campanha **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** será retomada na semana de 28 de novembro a 02 de dezembro de 2016. **SOLICITAM** aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas, bem como designem júris referentes a casos que envolvam violência contra a mulher. **DETERMINAM**, ainda, que as informações relacionadas à referida semana, tais como número de audiência preliminares e instrutórias, plenários do júri realizados, sentenças proferidas com e sem decisão de mérito, medidas protetivas concedidas e despachos ordinatórios proferidos devem ser encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, **OBRIGATÓRIA E DIARIAMENTE**, ao final do expediente, observadas as seguintes instruções: 1- Para possibilitar o devido funcionamento do formulário faz-se necessário o acesso ao link por meio do navegador Google Chrome; 2- Copie o endereço abaixo e cole na barra de endereços do Google Chrome: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScHsBozo2bcDrmS41j5EM7KKvIVOfR_GvLqWhTCRM3gKDiqgA/viewform 3- Não acesse o endereço acima a partir desta mensagem, caso vosso navegador Google Chrome não seja o navegador padrão. Dúvidas poderão ser direcionadas ao e-mail semanavioldom@tjsp.jus.br.

Dje de (18,20 e 24/10/2016)

SEMA - Secretaria da Magistratura

COMUNICADO N° 04/2016

A Presidência da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo,

CONSIDERANDO a existência desde o ano de 2015 da Campanha Justiça pela Paz em Casa, sob coordenação do Colendo Supremo Tribunal Federal, bem como a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo – COMESP, ambas com o objeto de fomentar o combate à violência contra a mulher, no âmbito das relações domésticas e familiares;

CONSIDERANDO a previsão para a realização das “Semanas da Campanha Justiça pela Paz em Casa”, com esforço concentrado na realização de audiências e julgamentos de causas envolvendo violência contra a mulher, no âmbito doméstico;

CONSIDERANDO a solicitação para que os Tribunais Estaduais promovam um esforço concentrado para o julgamento de recursos de processos envolvendo violência contra a mulher, no âmbito das relações domésticas;

CONSIDERANDO a alteração das datas para a realização do evento, inicialmente marcado para 21 a 25 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO os termos do Comunicado nº 01/2016, desta Presidência Criminal, publicado em 12 de julho de 2016, e do Comunicado Conjunto nº 1882/2016, publicado em 18 de outubro de 2016;

Sugere aos Senhores Desembargadores Presidentes das Câmaras de Julgamento da Seção de Direito Criminal, alterando as datas inicialmente estipuladas, que viabilizem a inclusão em pauta de julgamento, para o período de 28 de novembro a 02 de dezembro de 2016, do maior número possível de processos cujo objeto sejam crimes envolvendo violência doméstica e familiar. São Paulo, 19 de outubro de 2016.
(a),

RENATO DE SALLES ABREU FILHO, Presidente da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça

Dje de 20 de outubro de 2016

COMUNICADO CG nº 1947/2016 (Processo nº 2013/144796)

A Corregedoria Geral da Justiça **DETERMINA** aos MM. Juízes de Direito das Varas do Júri e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital, que encaminhem à Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (COMESP), através de ofício a ser encaminhado ao endereço eletrônico comesp@tjsp.jus.br, decisão fundamentada, instruída com denúncia e laudo pericial ou avaliações da equipe técnica judicial, apontando vítima mulher e/o filhos (as) com danos ou problemas odontológicos decorrente de violência doméstica ou familiar, para inclusão no Projeto Fênix. **COMUNICA**, finalmente, que em virtude do sistema SAJ/PG5 não contemplar o envio de documentos por e-mail através do próprio sistema, solicita-se que observem o Comunicado CG nº 850/2014, abaixo reproduzido, para o envio das comunicações oficiais.

COMUNICADO CG Nº 850/2014 A Corregedoria Geral da Justiça COMUNICA aos Senhores Magistrados, Dirigentes e Servidores dos Ofícios Distribuidores e das Unidades Judiciais da Primeira Instância que, para o envio por e-mail de comunicações oficiais de documentos emitidos pelo Sistema SAJ/PG5, conforme estabelece o artigo 112 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça, poderão utilizar o aplicativo “PDF24”, observadas as instruções disponibilizadas no “Passo a Passo” no Portal do TJ/SP, segmento “Institucional”, área de downloads, sob o título: “Passo a Passo – Envio por e-mail de documentos emitidos pelo Sistema SAJ/PG5”, link:

<http://www.tjsp.jus.br/Institucional/PrimeiraInstancia/Download/Default.aspx>

RESOLUÇÃO Nº 764/2016

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, por seu ÓRGÃO ESPECIAL, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a necessidade de remanejamento da competência das Varas do Estado;

CONSIDERANDO o incremento do volume de serviços forenses e a necessidade de prestação jurisdicional mais célere e eficiente;

CONSIDERANDO a possibilidade de remanejamento de competência entre varas das mesmas comarcas e foros regionais, em conformidade com o disposto no art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 1.108/2010;

CONSIDERANDO o decidido pelo E. Órgão Especial nos autos do processo nº 2008/41957;

RESOLVE: Artigo 1º - Remanejar a competência da 4ª Vara da Família e das Sucessões do Foro Regional XVI - Capela do Socorro em Vara da Região Leste 3 de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, compreendendo a área do Foro Regional de Itaquera, com o respectivo Ofício Judicial e cargo de Juiz de Direito constantes da Lei Complementar estadual nº 1.108/2010.

Artigo 2º - A Vara da Região Leste 2 de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher passa a compreender unicamente a competência territorial do Foro Regional de São Miguel Paulista, prorrogando-se a sua jurisdição em relação aos feitos já distribuídos, na forma do artigo 4º, letra 'd' do Provimento nº 82/2011.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da instalação da Vara da Região Leste 3 de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 14 de dezembro de 2016.

(a) PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI, Presidente do Tribunal de Justiça

Dje de 15 de dezembro de 2016

**COORDENADORIA
DE
APOIO
ADMINISTRATIVO

2016**



COMPOSIÇÃO DA COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO - CSV PORTARIA Nº 8.554/2012

Coordenadora - CSV:	Fabíola Lúcia Guimarães Anauate
Supervisora de Serviço de Apoio e Informações – CSV 1 :	Erika Cristina Bomfim Tolare
Supervisora de Serviço de Expediente – CSV 2:	Rosely Gomes da Silva
Escrevente Técnico Judiciário:	Silvio Akira Takada
Agente de Serviço Judiciário:	Marcia Helena de Castro

LOCALIZAÇÃO DA COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO – CSV

COMESP - Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Fórum João Mendes Júnior

Praça Doutor João Mendes, s/n - 13º andar - sala: 1317 - CEP.: 01501-900 - Centro - São Paulo - SP
Telefones.: (11) 2171-4807 ou (11) 3104-5521

e-mail: comesp@tjsp.jus.br